

Rede de proteção ao trabalho custa R\$ 200 bi e é ineficiente, diz estudo

Por Ana Conceição

O Brasil tem uma rede de proteção ao trabalhador distribuída por 16 programas e que custa quase R\$ 200 bilhões ao ano - divididos entre governo e empresas - cerca de 4% do PIB. O sistema é generoso, segundo pesquisadores, mas ineficiente. Com o mesmo volume de recursos, poderia garantir uma renda mais estável, especialmente para aqueles de menor renda. A conclusão é do estudo "Rede de Proteção ao Trabalhador no Brasil: Avaliação Ex-Ante e Proposta de Redesenho", apresentado ontem durante evento da série "Propostas de Reformas para Destruir o Brasil" da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV).

O trabalho, liderado pelo professor Ricardo Paes de Barros, do Insper, propõe o redesenho, sem ampliação de custos, dos 16 programas, sendo os principais o Bolsa Família, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS - benefício que mais pesa na rede de proteção), o seguro-desemprego e o abono salarial.

Essa rede foi construída ao longo de mais de 50 anos sem articulação entre os programas, muitos deles sobrepostos, diz o estudo. É o caso do seguro-desemprego e do FGTS, e do abono salarial e do salário-família. Assim, parte dos trabalhadores, principalmente os formais, tem direito a benefícios negados a outros, mais vulneráveis.

"Hoje, há uma série de programas e, em alguns casos, um acaba tirando a força do outro", afirma André Portela, da EESPFGV, um dos autores. Ele observa que a discussão sobre o redesenho da rede de proteção tem sido feita há vários anos, mas é a primeira vez que um estudo analisa esses programas individualmente e os articula numa proposta geral. "A rede nunca foi pensada como um sistema integrado de proteção."

Segundo o estudo, cerca de 75% dos recursos disponíveis vão para os 45% da população empregada em vagas formais. Os 55% restantes estão, em grande medida, excluídos de 12 dos 16 programas identificados. Um dos desafios é levar ao menos parte dessa população para o mercado formal e também redesenhar a rede para que os mais vulneráveis tenham prioridade.

INFORME

O Bolsa Família é o único programa na rede de proteção em que o beneficiário não precisa estar empregado para participar. Os pesquisadores propõem uma seleção mais criteriosa dos beneficiários, com a incorporação de um conjunto maior de informações, e não apenas a renda declarada, e com base em um sistema de visitas domiciliares.

Segundo exercício feito pelos pesquisadores, a melhora na distribuição do Bolsa Família renderia uma economia que poderia ser transferida aos 15% mais pobres - renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 200. Cada família beneficiada passaria a receber R\$ 2,4 mil ao ano, em vez de R\$ 2 mil. Em outra mudança sugerida, o trabalhador, ao conseguir emprego, não perderia o benefício imediatamente, como ocorre hoje, mas o valor seria reduzido ao longo de dez meses.

Em um dos eventos realizados pela FGV para discutir a proposta, Barros, um dos criadores do Bolsa Família, argumentou que a falta de regras claras de entrada e saída do programa desincentiva o trabalhador a aceitar empregos formais sob o risco de perder o benefício e precisar dele logo depois. "A proposta é: uma vez no Bolsa Família, para sempre do Bolsa Família, sempre que precisar", disse o economista. O mecanismo de retorno garantido é previsto no programa, mas nunca foi efetivado, afirmou.

Segundo Portela, é importante gerar estímulos para que trabalhadores de baixa produtividade entrem e se mantenham no mercado para tornarem-se economicamente autônomos. Outra mudança que poderia ajudar é introduzir uma suplementação salarial para trabalhadores de menor renda, como existe em outros países, como Canadá, Austrália, Reino Unido, etc. No caso brasileiro, seria um benefício público adicional ao valor pago pelos empregadores.

O salário-família e o abono salarial já fazem isso, mas seriam unificados. O benefício seria pago a quem ganha até 1,5 salário mínimo -no mesmo ano e não no seguinte, como se faz hoje com o abono, e nos meses em que o indivíduo trabalhou. O sincronismo entre trabalho e recebimento do benefício seria bom para o consumo e um incentivo à permanência no trabalho, afirma o estudo. Também seria retirada a exigência de que o benefício só possa ser recebido pelo trabalhador que estiver há pelo menos cinco anos no emprego.

Outra proposta, mais complexa, é a fusão do seguro-desemprego com o FGTS - os dois programas têm o mesmo objetivo, dar renda ao desempregado - e a criação de um fundo de poupança compulsória individual, com rendimento a juros de mercado. "Isso mitigaria o anseio por liquidez e o incentivo para buscar a demissão", diz o estudo. A taxa de poupança seria mais elevada nos primeiros meses de trabalho. Assim, esse novo fundo-poupança acumularia mais rapidamente que o atual FGTS até um limite de 12 salários.

INFORME

Para trabalhadores de menor renda essa poupança seria reforçada com parte do abono salarial.

Acumulado o limite, a contribuição do empregador poderia ser incorporada à remuneração do funcionário. O fundo teria o papel de uma poupança para prover renda nos momentos de desemprego.

Segundo Portela, o estudo foi feito respeitando o padrão atual de gastos da rede de proteção ao trabalho. "Gastos maiores ou menores teriam de partir de uma decisão da sociedade", afirma, lembrando que várias das alterações teriam que passar pelo Congresso.

(Colaborou Ligia Guimarães, de São Paulo)

Indústria cresce aquém do esperado e mantém sensação de atividade travada

Por Ana Conceição e Bruno Villas Bôas

A produção da indústria surpreendeu negativamente ao crescer 0,2% na passagem de janeiro para fevereiro, feitos os ajustes sazonais, abaixo da previsão média do mercado (0,6%).

O resultado reforçou a percepção de moderação da atividade econômica no primeiro trimestre, mas existem "poréns".

Analistas ponderam que a queda de 5,2% da indústria extrativa puxou o resultado para baixo. Além disso, a abertura da indústria mostra um desempenho ligeiramente mais favorável, com 14 das 26 atividades com taxas positivas.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) acredita que o ritmo mais moderado da indústria e dos serviços neste início de ano poderá ser compensado por surpresas do agronegócio.

Para Julio Mereb, pesquisador do Ibre-FGV, a previsão de avanço de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, frente aos três meses anteriores, poderá ser mantida, com maior contribuição da agropecuária.

INFORME

Marcha lenta

Varição da produção industrial frente ao mês anterior - em %



Desempenho por categorias - em %

	Fevereiro/ Janeiro	Fevereiro18/ Fevereiro17	Em 12 meses
Bens de capital	0,1	7,8	7,2
Bens intermediários	-0,7	1,5	2,1
Bens de consumo duráveis	1,7	15,6	14,2
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,6	1,6	1,1
Indústria total	0,2	2,8	3

Fonte: IBGE

"Os dados da indústria e de serviços sugerem uma atividade econômica um pouco mais fraca no primeiro trimestre do que os analistas imaginavam. Por outro lado, o setor agropecuário vem surpreendendo positivamente, da mesma forma como tivemos uma surpresa positiva no setor em 2017. As revisões do IBGE para o setor agrícola têm sido consistentes para cima. E os dados de pecuária têm vindo bem" disse o economista do Ibre-FGV.

Em fevereiro, a produção da indústria cresceu 0,2% impulsionada pelos bens de consumo duráveis, que avançaram 1,7% frente a janeiro. O resultado geral recuperou assim uma pequena parcela da perda de janeiro, quando havia recuado 2,2% frente a dezembro de 2017 (dado revisado de queda de 2,4%). Pela média móvel trimestral, considerada pelo IBGE um espécie de indicador de tendência, o setor apresentou crescimento de 0,3%.

Segundo André Macedo, gerente da pesquisa, o aumento da produção de eletrodomésticos da linha marrom, motocicletas e mobiliário sustentou o avanço dos duráveis. Ele destacou ainda o crescimento da produção de televisores para a Copa do

INFORME

Mundo. "Em anos de Copa do Mundo observamos crescimento da produção de televisores para atender à demanda do varejo. Esse movimento influenciou positivamente no mês", disse.

Por outro lado, a indústria extrativa (petróleo, minério de ferro) pesou no resultado ao recuar 5,2% frente ao mês anterior, o pior desempenho desde o rompimento da barragem de Mariana (MG), em novembro de 2015, quando havia recuado 11%. Segundo Macedo, o minério de ferro foi o responsável pela queda da atividade no mês. O IBGE não abre, contudo, resultados mais detalhados. "A queda na indústria extrativa é mais associada a questões operacionais e menos vinculada à demanda doméstica. Parte relevante da surpresa negativa veio desse setor", disse Artur Manoel Passos, economista do Itaú Unibanco, em relatório.

Quando comparado a fevereiro de 2017, a produção da indústria cresce 2,8%, maior alta para o mês desde 2014 (4,8%). No acumulado dos últimos 12 meses, o setor apresentou uma alta ainda mais intensa, de 3%, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), divulgada ontem.

Para economistas, a produção deve crescer gradualmente nos próximos meses, beneficiando-se pela recuperação da economia, a queda da taxa de juros e o aumento de investimentos na Argentina, importante mercado de manufaturados brasileiros. O Itaú prevê alta de 0,6% da produção em março, na comparação ao mês anterior. A Mongeral Aegon prevê expansão ligeiramente menor, de 0,5% por essa base de comparação.

Helcio Takeda, da consultoria Pezco Economics, afirma que o destino do setor dependerá do consumo das famílias, que pode continuar moderado diante do grande número de desempregados. "Sem o estímulo do FGTS e dependendo só do mercado de trabalho, a impressão é que o consumo não terá a mesma robustez do ano passado", afirmou Takeda, acrescentando que, nesse contexto, existe a preocupação de que a indústria custe a ganhar tração.

No caso da Pezco, que previa alta de 1% da indústria em fevereiro, a projeção de comportamento do setor no ano será revisto, de alta de 5,1% para algo abaixo de 4%. A consultoria prevê alta de 0,4% em março, o que resultaria em crescimento de 0,2% no primeiro trimestre, frente aos três meses anteriores.

Patrícia Pereira, economista da Mongeral Aegon, disse acreditar que o resultado de fevereiro não deve provocar uma onda de revisões de projeções de desempenho da atividade. "Estamos vendo números mistos, dúbios", disse ela.

(Fonte: Valor Econômico – 04/04/2018)

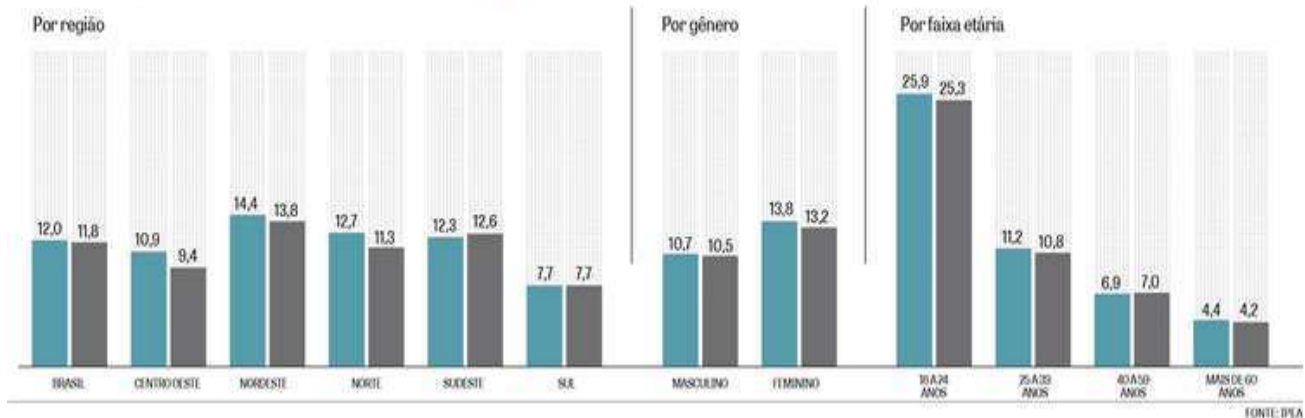
Diminuição da taxa de desemprego é maior entre os jovens e as mulheres

Dados do Ipea mostram que a queda da desocupação se destaca também entre os trabalhadores com ensino fundamental e médio. Contudo, informalidade ganha espaço nesse cenário

PROCESSO DE MELHORA

Taxa de desocupação no quarto trimestre de cada ano ▶ Em %

● 2016 ● 2017



MÔNICA BAPTISTELLA • SÃO PAULO

A taxa de desocupação apresentou queda em todos os segmentos da população em 2017, mas os resultados mais expressivos foram encontrados entre trabalhadores com ensino fundamental e médio, jovens e mulheres. Segundo dados divulgados ontem (03) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o índice vem caindo em termos interanuais de forma consistente no Brasil.

Entre os trabalhadores com ensino médio incompleto, a taxa de desocupação caiu de 24,2% para 20,4% entre o último e o primeiro trimestres de 2017. Na mesma base de comparação, o desemprego entre os jovens recuou de 28,8% para 25,3%. No caso das mulheres, a desocupação passou de 15,8% para 13,2%. Para a pesquisadora do Ipea e uma das autoras do estudo, Maria Andreia Lameiras, o melhor resultado desse grupo específico se deu porque eles foram inicialmente os mais afetados pela crise econômica. “Os trabalhadores jovens e com ensino médio incompleto formaram a base mais depreciada. Portanto, no começo da retomada da estabilidade do País eles são os primeiros que apresentam um desempenho melhor, conquistando o espaço que haviam perdido.” Porém, a recuperação desses grupos se deu principalmente pelo aumento do número de empregos informais, movimento considerado natural em um primeiro momento de retomada da economia. Em termos regionais, observa-se a maior queda da taxa nas

INFORME

regiões Norte e Nordeste. Já os dados da região Sudeste foram influenciados negativamente pelo aumento da desocupação no Rio de Janeiro, resultado contrário ao avaliado nos outros estados. “A grande maioria dos estados conseguiu reduzir o número de desocupados, mas o Rio se mostrou como uma exceção, devido, principalmente, a uma crise econômica interna juntamente com os problemas fiscais do governo estadual, que ocasionaram o aumento da taxa de desemprego e consequentemente afetaram o resultado de toda a região”, explica a pesquisadora.

Em relação aos rendimentos, o estudo mostra que, na comparação interanual, os maiores aumentos salariais foram recebidos pelos homens (2,6%), pelos trabalhadores com ensino médio incompleto (5,0%) e também pelos moradores das regiões Norte (5,4%) e Nordeste (4,3%). A pesquisa também revela que, embora ainda esteja em situação bem menos favorável em relação ao período pré-crise, o setor vem apresentando maior dinamismo. “Na comparação com 2017, os dados mais recentes mostram uma recuperação do mercado de trabalho, conjugando expansão de ocupação e de rendimentos. A consolidação da economia gera confiança aos empresários, que, por sua vez, começam a aumentar o número de vagas oferecidas no mercado formal”, apontou comunicado do Ipea.

Desalento

Os efeitos do aumento da ocupação têm sido atenuados pela forte expansão da força de trabalho. Os dados revelam que vem crescendo o número de trabalhadores marginalmente ligados à população economicamente ativa (PEA), que constituem uma parcela dos brasileiros que está na inatividade, mas deseja voltar ao mercado. Além de exercer pressão sobre a PEA, pois esse grupo de indivíduos tende a se incorporar à força de trabalho à medida que as condições do mercado vão melhorando, essa mudança vem gerando aumento do desalento.

Carlos Henrique L. Corseuil, pesquisador do Ipea e também um dos autores do estudo, explica, no entanto, que o aumento do desalento nos últimos meses é decorrente de uma mudança de composição da população em idade ativa, e não uma piora nas condições do mercado. “Parte dos indivíduos, que antes estavam na inatividade e não tinham nenhuma intenção de trabalhar, incorporou-se ao grupo de pessoas que trabalhariam se conseguissem uma oportunidade”, entende. Para o Ipea, essa transição em direção ao desalento não sinaliza uma piora nas condições do mercado de trabalho, apenas indica uma mudança de comportamento por parte da população brasileira.

(Fonte: DCI – 04/04/2018)